

**ISADORA PERON E SANDRA MANFRINI**  
Estadão Conteúdo, Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, retorna aos trabalhos hoje, após 15 dias afastado do Palácio do Planalto por causa de uma cirurgia para a retirada da próstata. "Amanhã (segunda-feira) retornarei as atividades, se Deus permitir", disse Padilha à reportagem. O ministro já convocou uma reunião com líderes da Câmara para discutir reforma da Previdência.

Homen forte do governo Michel Temer, Padilha retorna ao ministério em meio à expectativa de ter seu nome na lista de pedidos de abertura de inquérito decorrentes das delações de executivos da Odebrecht. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve entregar a relação esta semana ao Supremo Tribunal Federal (STF).

#### Congresso

Fontes do governo afirmam que Padilha é peça fundamental na interlocução com o Congresso para garantir a aprovação das mudanças na Previdência e de outras reformas consideradas fundamentais para o governo. E a reforma da Previdência é uma prioridade para o País", disse o presidente da comissão da reforma, deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

A ausência do ministro à frente da articulação política com a Câmara foi sentida pela equipe econômica. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, assumiu esse papel nas últimas semanas, auxiliado pelo secretário de Previdência, Marcelo Caetano, mas a avaliação é que o ministro Eliseu Padilha tem o perfil adequado para esse "enfrentamento" com os parlamentares.

#### Linha de frente

"Ele (Padilha) tem um poder de articulação que está fazendo falta. Se ele não voltar ao trabalho, o governo terá que encontrar um outro nome para fazer essa linha de frente", disse uma fonte da área econômica. Segundo esse interlocutor, o ministro

**PLANALTO** Ministro retorna em meio à expectativa de ter seu nome na lista de pedidos de abertura de inquérito decorrentes das delações da Odebrecht

# Padilha articula reforma da Previdência, após cirurgia

Pedro França / Agência Senado



Eliseu Padilha ficou 15 dias afastado do Palácio do Planalto por causa de cirurgia para a retirada da próstata

#### PEÇA FUNDAMENTAL

**Fontes do governo afirmam que Padilha é peça fundamental na interlocução com o Congresso para garantir a aprovação das mudanças na Previdência e de outras reformas consideradas fundamentais para o governo Temer.**

sabe ser firme na negociação política e tem bom trânsito no Congresso.

A licença médica de Padilha coincidiu com a crise provocada pelo depoimento do ex-assessor da Presidência José Yunes à Procuradoria-Geral da República, que levou a investigação da Lava Jato para dentro do Planalto. Yunes procurou o Ministério Público para acusar o ministro da Casa Civil de ser o

mandante da entrega de um "pacote", no seu escritório de advocacia, em São Paulo, na campanha de 2014.

A história já havia sido relatada na delação do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho, mas Yunes pôs combustível na crise ao dizer que atuou como "mula involuntária" de Padilha.

Dante das revelações, chegou-se a especular que Padilha poderia não voltar ao governo. O Planalto sabe que um pedido de abertura

Funaro, homem da confiança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Alvos da Lava Jato, Funaro e Cunha estão presos. Amigo de Temer há 40 anos, Yunes deixou o governo quando veio o público a delação de Melo Filho.

Dante das revelações, chegou-se a especular que Padilha poderia não voltar ao governo. O Planalto sabe que um pedido de abertura

#### DISPUTA NAS URNAS

## PMDB, PT e PDT levam duas prefeituras, cada, em novo pleito

**FERNANDO NAKAGAWA**  
Estadão Conteúdo, Brasília

PMDB, PT e PDT venceram em duas cidades cada nas eleições municipais realizadas em 11 municípios brasileiros após os escolhidos na disputa de outubro do ano passado terem sido cassados pela Justiça Eleitoral.

O maior município com novas eleições foi Gravatá, no Rio Grande do Sul, cujo prefeito eleito é Marco Alba, do PMDB, que teve apoio de

45 909 eleitores ou 40,28% dos votos válidos.

#### Pedetista

Rosane Bordignon, do PDT, ficou em segundo com 36,52%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Outro município que elegerá prefeito do partido da presidente da República Michel Temer foi o também gaúcho São Vicente do Sul, que escolheu o candidato Paulinho, com 52% dos votos válidos.

Nas eleições de ontem, o PT da ex-presidente Dilma Rousseff levou outras duas cidades: Butiá, no Rio Grande do Sul, com vitória de Daniel, com 51%, e São Bento Abade em Minas Gerais, que elegerá a candidata Jane Irmã da Janete, com 48,9%.

#### Cidades gaúchas

Outro partido com dois prefeitos eleitos é o PDT, com vitórias nos municípios gaúchos de Arvorezinha e Salto do Jacuí. Entre as ou-



**Marco Alba, do PMDB, foi eleito prefeito da cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul**

tras cidades com eleição neste domingo, São Vendelino (RS) elegeu candidato do PTB e Calçotense (AP) deu vitória ao candidato do PPS. Já as localidades mineiras de Alvorada de Minas e Ervália elegeram candidato do Solidariedade e Democratas, respectivamente.

O resultado da disputa em Conquista D'Oeste, município situado no Mato Grosso, ainda não aparece no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## O que caixa dois, três ou quatro é!



**Ricardo Noblat**  
Jornalista  
noblat@oglobo.com.br

Bons tempos aqueles em que os caixas de campanha se limitavam a dois. O primeiro, legal – a doação de dinheiro informada à Justiça. O segundo, ilegal – a doação de dinheiro por debaixo do pano. Os que se valiam do caixa dois negavam com veemência que o fizessem. Mais tempos, estes. De cara limpa, admite-se a existência de três ou mais caixas. E criminosos tramam uma anistia em causa própria.

O que mudou? A sociedade tornou-se mais tolerante com a corrupção? Ou os corruptos se tornaram mais ouvidos? Dado o grau de apoio popular à Lava Jato, diminuiu a tolerância dos brasileiros com a corrupção. Aumentou aousadia de corruptos e corruptores, assim como o volume de dinheiro em circulação proveniente do superfaturamento do preço de obras públicas. O distinto público segue paga-gando a conta.

Aumentou também a desfaçatez dos políticos suspeitos de roubar. A ponto de, ameaçado de ser condenado e preso, pelo menos um deles, Lula, decidir lançar-se candidato a presidente da

República. Antes, a simples suspeição era capaz de adiar projetos ou de sepultar pretensões. Hoje, antecipa. Como se o fato de declarar-se candidato garantisse desde já fôro privilegiado a quem não tem.

Caixa não é coisa nova como a jabuticaba, que também não é. A invención de outros caixas, sim, pode ser. Em entrevista ao site da BBC Brasil, o ministro Gilmar Mendes revelou a existência de no mínimo quatro caixas. O primeiro, legal. O segundo, clandestino, "mas sem outros vícios". O terceiro, registrado na justiça, mas fruto de propina. O quarto, com o objetivo de corromper.

Mendes acha que o segundo tipo de caixa, o clandestino "sem outros vícios", precisa ser desmisticificado. Quer dizer: como quase todos os políticos de todos os partidos sempre abusaram do caixa dois, a prática deveria ser descriminalizada. Pois é, o mundo gira e a Lusitana roda... Em setembro de 2012, durante o mensalão, Mendes pensava diferente.

Assim ele contestou à época a defesa dos mensaleiros: "Essa supostamente inventiva tese do caixa 2, propalada como normal no ambiente partidário, não se sustenta pela origem ilícita dos recursos, que decorria de peculato ou de dinheiro

associado a práticas de corrupção. Portanto, falar em recursos não contabilizados, como se se tratasse de mera falha no processo administrativo eleitoral, é eufemismo dos eufemismos". Quando presidente, Fernando Henrique Cardoso quis processar Lula por ele ter dito que a privatização de empresas engordaria o caixa dois da Petrobras. Há dez dias, chamou caixa dois de "erro que precisa ser reconhecido, reparado ou punido". Corrupção seria a obtenção de recursos para enriquecimento pessoal. Políticos de A a Z assinariam em baixo do que disse o eminente sociólogo.

O artigo 317 do Código Pe- nal prevê reclusão de dois a 12 anos para o agente público que "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida (...)".

O artigo 350 do Código Eleitoral prevê reclusão de até cinco anos e multa para quem "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar". Caixa dois, três, quatro ou cinco é crime – e como tal sujeito aos rigores da lei. Caberá à Justiça dizer mais cedo ou mais tarde o que seria uma anistia aprovada por um banho de suspeitos para escapar de eventuais punições.